

ATA Nº. 1/2024

Aos dias vinte três do mês de março do ano 2024 pelas quinze horas, na sede de Inválidos do Comércio (IC), reuniu em segunda convocatória a Assembleia-Geral, (AG) dos Associados, convocada regularmente nos termos estatutários.

A Mesa da AG foi constituída por Manuel Figueiredo (sócio nº. 20232), como Presidente e João Paulo (sócio nº. 22766), como Vice-Presidente.

A Ordem de Trabalhos (OT) continha os seguintes pontos:

1. Apreciar e votar o Relatório e Contas da Direção e o respectivo Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício e 2023.
2. Informações.

No início da AG e antes da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa, agradeceu a todos a sua presença.

Foi em seguida apresentado à Mesa um requerimento pelo sócio João Nunes Cardoso (sócio nº 21360), que se encontra arquivado em pasta própria e faz parte integrante da presente ata, no sentido de um voto de confiança à Mesa da AG na elaboração da ata e sequente aprovação. Foi o mesmo posto à votação, tendo sido aprovado por 101 votos a favor, sem votos contra e 1 abstenção. Estavam inscritos 104 associados.

Dando início à Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Direção, Bruno Rôlo, para apresentar o ponto 1 da ordem de trabalhos, Apreciar e votar o Relatório e Contas da Direção e o respetivo Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2023.

O Presidente da Direção iniciou a intervenção agradecendo a presença dos Associados e salientando que via com satisfação a enorme participação dos associados, já que um dos objetivos da Direção é incentivar o contacto dos sócios com a Instituição. Continuou dizendo que o Relatório que apresentámos pretende atingir algum detalhe mas sem pormenores muito especializados porque, para isso, estamos abertos no final da apresentação a responder a qualquer questão.

Continuou o Presidente da Direção a elucidar sobre os três objetivos principais que nortearam a execução do exercício. A atenção aos sócios, a melhoria das condições dos utentes e residentes juntamente com contactos com os familiares e, de salientar, o esforço dos trabalhadores. Para estes últimos juntou um louvor aos cerca de 350 que com dedicação e, até por vezes com sacrifício da atenção à sua vida particular, conseguiram suprir algumas das dificuldades. Assim, no sentido de reconhecer esta dedicação, foram feitos aumentos salariais e valorizados com benefícios extras alguns trabalhadores.

No entanto o Presidente sublinhou que foi no subfinanciamento dos custos que a questão se agudiza, quando o objetivo é manter a qualidade dos serviços prestados. Para tal foi necessária uma grande imaginação e dedicação de todos para conseguir dispor dos recursos adequados. Um exemplo do esforço desenvolvido está patente no valor do rendimento patrimonial que talvez tenha superado qualquer outro de anos anteriores. Mesmo com estes cuidados o ano terminou com um resultado negativo de cerca de 1 milhão de euros. O aumento do custo de vida e dos serviços, têm naturalmente de se refletir nas nossas contas. Seria adequado que o Estado repartisse de forma mais equitativa os valores da chamada bazuca, porque quem trata das pessoas são Casas como os Inválidos. Segundo o Presidente, cabe também às Associações

que têm responsabilidades nesta área, pressionar os decisores políticos para que estejam capacitados a tomarem as decisões certas. A Direção está sempre a trabalhar para ter o melhor resultado possível. A Associação dos Inválidos do Comércio tem um património valiosíssimo que protege a todos destes problemas. A Direção tem projetos para obter mais solidariedade mas dando contrapartidas, tais como um melhor apoio na saúde e na qualidade dos serviços.

Em relação ao património, esclareceu o Presidente, cerca de 600 mil euros do saldo negativo são o resultado da depreciação e não dinheiro que saiu dos cofres. Contas feitas, o ativo até é valorizado, mas estas depreciações entram nas contas correntes.

Também em relação à Creche, a comparticipação passou a ser só estatal, o que é muito bom para as famílias, mas é o Estado que entende como devem ser atribuídos os financiamentos, o que nem sempre correspondem às necessidades específicas de cada situação.

Com a preocupação de melhorar as infraestruturas foram desenvolvidos projetos para promover a qualidade da habitação de que são exemplo os quartos que ainda têm três camas ou quartos sem casa de banho. No entanto esbarra-se frequentemente com pareceres da administração pública produzidos por pessoas que não estão sensibilizadas para a realidade e necessidade da obra e com isso criam as maiores dificuldades.

Terminada a apresentação pelo Presidente da Direção, o Presidente da Assembleia Geral deu a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal (CF) que depois de agradecer a todos a sua presença começou por salientar que foi feito por parte de CF o acompanhamento de várias fases da atividade no ano findo. Recordou que toda a atividade dos órgãos sociais é gratuita não auferindo ninguém qualquer honorário. Mas mesmo assim, a principal rúbrica das contas são a despesa com os recursos humanos seguida da obtenção de serviços, que também tem um valor significativo. Em resumo, isto conduz a 1 milhão de euros de saldo negativo, embora 600 mil sejam amortizações do imobiliário e não saídas de caixa, mas para continuar com esta qualidade de serviço será necessário conseguir mais comparticipações. Para concluir, o Presidente do Conselho Fiscal afirmou que tem consciência de que toda a gente se empenhou para minimizar o valor do déficit e, por isso, propôs que o Relatório fosse aprovado com uma nota de Louvor à Direção.

Terminada a apresentação, o Presidente da Mesa solicitou aos presentes que se inscrevessem para o debate sobre o ponto em questão. Não havendo inscrições, passou-se à votação deste Ponto da Ordem de Trabalhos, Apreciar e votar o Relatório e Contas da Direção e o respetivo Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício e 2023 que também incluía no Parecer do CF com um Louvor à Direção. O Ponto foi aprovado por 114 votos a favor, com 0 abstenção e 0 votos contra, estando inscritos 115 sócios.

O Presidente da Assembleia Geral passou ao ponto 2 da ordem de trabalhos, Informações, solicitando à Direção que apresentasse as informações que considerasse convenientes.

Tomou a palavra o Presidente da Direção para recordar que no próximo dia 10 de Abril os Inválidos fazem 95 anos. Revelou que havia sido convidado o Presidente da República, mas da Presidência foi dito que o Sr. Presidente não tinha agenda disponível. No entanto informou que seriam desenvolvidas várias atividades quer para os associados quer para o público em geral. Também para celebrar os 50 anos do 25 de Abril, a CNIS está a preparar algumas iniciativas às quais nos vamos associar. Mas além destas, e de forma autónoma, vamos celebrar no dia 27 de Abril com os utentes e associados. Também iremos celebrar o dia 25 de Maio como o dia do associado para criar um momento de confraternização e de sensibilização para a nossa causa.

O Presidente da Direção salientou a seguir a decisão a favor dos Inválidos que foi proferida pelo Tribunal de 1ª Instância no processo que opunha os Inválidos à CMTV pelas afirmações

caluniosas proferidas neste canal televisivo nas vésperas das eleições de 2021. Na altura, tivemos de imediato a presença da Segurança Social que fez uma vistoria aos Inválidos e nada apurou de anormal, o que permitiu alicerçar a nossa defesa de que os utentes não eram mal tratados e as instalações tinham o conforto adequado.

O trânsito em julgado é a 11 de Abril e, se não houver recursos, a CMTV terá de nos ressarcir em 25 mil euros e fazer uma reparação pública. O que concluímos foi de que havia objetivos muito determinados. O Presidente sublinhou que todos os dias luta para que os Inválidos tenham reconhecimento público, mas foram vários os associados que devido a este ato de intoxicação, se recusaram continuar a ser sócios. Já depois da sentença ser proferida, alguns voltaram como prova de confiança na Instituição.

Terminado este esclarecimento, o Presidente da Assembleia Geral solicitou à Assembleia inscrições para continuar o debate do ponto 2 da ordem e trabalhos. Falou o sócio Manuel Simões Vieira, (sócio nº 19578), questionando se a Comunicação Social não se deslocou aos Inválidos para certificar as acusações. Gostava também que o esclarecessem sobre os quartos que têm 3 camas.

Para responder apresentou-se pela Direção a Tesoureira, Teresa Roque, que informou que só alguns quartos têm 3 camas e sem casa de banho. Temos um projeto para resolver este problema mas que, como foi dito, enfrentamos muitas dificuldades administrativas. Quanto à reportagem da CMTV foram os próprios trabalhadores que naquele dia se manifestaram na rua contra o que aquela estação televisiva estava a apresentar, mas esta ação de repúdio foi ignorada pela CMTV, tal como também ignorou o relatório da inspeção da Segurança Social.

Outro pedido de esclarecimento foi feito pelo sócio Manuel Simões Vieira acerca da vida na Instituição como por exemplo se podia sair ou estacionar o carro dentro.

Respondeu o Presidente da Assembleia Geral para dizer que os utentes podem sair e entrar livremente, estacionar o seu carro nos parques da Instituição, organizando a sua vida como melhor quiserem.

Pedi a palavra a sócia Graciela Simões, (sócio nº 25528), para dizer que uma forma de ajudar os Inválidos é colocar no IRS na área dos donativos o NIF da Instituição para esta auferir dos 0,5% sem prejuízo do declarante. Apelava também que esta informação fosse divulgada aos familiares e amigos.

Voltou a interpelar a Direção o sócio Manuel Simões Vieira para perguntar o que se passava com os casais. Por solicitação do Presidente da Assembleia respondeu a Diretora Técnica desta área Dra. Marília Vaz, que começou por referir que os serviços sociais estão sempre disponíveis de segunda a sexta-feira para prestar qualquer esclarecimento. Acrescentou que nesta ERPI os utentes são livres de escolher viver na Instituição podendo entrar ou sair quando quiserem. Os casais estão sempre juntos a menos que algum dos dois necessite de cuidados especiais. Também cada setor tem designado um responsável e um enfermeiro para acompanhar as situações que diariamente ocorrem. São seguidas as indicações terapêuticas como por exemplo a fisioterapia. A parte lúdica é realizada com várias atividades destinadas aos utentes.

Falou a seguir o sócio Joaquim Gonçalves, (sócio nº 20644), para dizer que tinha muita satisfação em saber que os Inválidos tinham ganho a causa à CMTV pelo mal que lhe quiseram imputar. Muitos lá fora pensaram em não se inscrever dado que talvez fosse verdade e que cá dentro também havia corruptos. Esta associação tem 95 anos e dela sempre ouvi falar bem, e já tenho 79 anos.

Interveio a seguir o sócio Luciano Monteiro, (sócio nº 13637), para dizer que era a primeira vez que vinha à Assembleia porque foi emigrante, mas ficou esclarecido que o primeiro passo para entrar poderia ser telefonar de segunda a sexta-feira.

Falou o sócio Francisco Carvalho da Gama, (sócio nº 2363), para dizer que era sócio desde 1953 e que tinha grande amor à Instituição. É utente à cerca de um mês e está muito satisfeito. Viu a reportagem e tudo o que disseram era mentira. Aqui o pessoal são anjos que nos tratam divinalmente. Tenho 88 anos e espero continuar por mais alguns. Sou fadista amador e gostaria de ouvir fado aqui. Fui técnico e contas e li os relatórios. Temos tudo aqui e espero que a gente se divirta e tenha sonhos.

O Presidente da Assembleia Geral agradeceu esta intervenção que a todos enche de orgulho.

A terminar falou a sócia Maria Manuela Tonizzette (sócio nº 7791), para agradecer à Direção e ao Pessoal que os trata com grande carinho. Faz parte de um coro e espera estar cá mais alguns anos. Tem 91.

Não havendo mais assuntos a tratar, os trabalhos foram encerrados pelo Presidente da Mesa pelas 16:25 horas.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

Manuel Figueiredo

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

João Eduardo Augusto Paulo